

MISSÃO MILITAR FRANCESA

Missão contratada em setembro de 1919 pelo governo brasileiro para auxiliar na instrução e modernização do Exército. As negociações para o contrato ocorreram em Paris, entre o adido militar brasileiro na França, coronel Malan d'Angrogne, e o ministro da Guerra francês, Georges Clemenceau (1917-1920). Já naquele momento o chefe designado, general Maurice Gamelin, se encontrava em missão de reconhecimento no Brasil. O contrato foi assinado poucos meses depois na capital francesa e ratificado logo em seguida no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Os termos do contrato estipulavam que oficiais franceses comandariam durante quatro anos as escolas de Estado-Maior (EEM), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Intendência e Veterinária; e que o Brasil se comprometia a privilegiar a indústria francesa em suas compras de armas e equipamentos militares com a condição de que o material oferecido, o prazo de entrega e os preços fossem no mínimo equivalentes aos de outros países fornecedores. Embora tenha sido contratada por quatro anos, a missão se estendeu por 20 anos: seu contrato foi renovado seis vezes. Sua atuação, embora se concentrasse no Distrito Federal, teve impacto nacional.

A tendência à modernização e profissionalização das forças armadas latino-americanas surgiu entre o final do século XIX e início do século XX. O Peru foi um dos primeiros a receber uma missão francesa, entre 1897 e 1912. Missões alemãs foram contratadas pela Argentina e pelo Chile em períodos análogos. Contudo, as mais emblemáticas não foram a missões na América Latina, e sim a missão francesa na Tchecoslováquia, entre 1918 e 1922, cujo chefe assumiu em 1922 o comando do Estado-Maior do Exército daquele país, e as missões militares alemãs no Império Otomano, entre 1880 e 1913.

No Brasil, já antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o então ministro da Guerra Hermes da Fonseca (1906-1909) tomou iniciativas no sentido de transformar o ensino militar e enviou alguns grupos de oficiais para estagiar no Exército alemão. A esse grupo de tenentes e capitães deu-se o nome de “jovens turcos”, devido a seu projeto modernizador e por analogia aos jovens oficiais otomanos que haviam estagiado no Exército alemão e

regressado à Turquia dispostos a modernizar o Exército e o regime. Contudo, foi necessário o conflito europeu para que correntes internas e externas ao Exército brasileiro tomassem iniciativas no sentido de transformar as bases da instituição. Com efeito, a Primeira Guerra Mundial trouxe à tona mais uma prova da necessidade de desenvolver a indústria bélica, assunto que começou então a ser encarado como decisivo e intimamente vinculado à segurança interna da nação. Poucos meses após a conclusão do conflito, o ministro da Guerra, Caetano de Faria (1916-1919), tomou a primeira medida de impacto no sentido de reformar profundamente o ensino militar, com a nomeação de jovens oficiais impregnados de ideais reformadores para o comando da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Ao grupo que passou a comandar a escola deu-se o apelido de “missão indígena”, pois era composto unicamente por oficiais brasileiros.

APOGEU E DECLÍNIO DA PRESENÇA MILITAR FRANCESA NO BRASIL

A opção pela França naquele momento não significou que houvesse um consenso dentro do Exército. A decisão resultou, entre outros, de fatores políticos e conjunturais externos. Devem-se citar aqui ao menos cinco fatores: a presença do influente senador paraibano Epitácio Pessoa na Conferência de Paz de Paris, aberta em 18 de janeiro de 1919, que sancionou a Alemanha e limitou o desenvolvimento de seu exército; a presença em Paris desde 1917 de uma importante missão de compra de material bélico e de oficiais que combateram nas fileiras do Exército francês; a influência de importantes políticos do estado de São Paulo, que desde 1905 contavam com uma missão militar francesa para treinar a Força Pública estadual; o vínculo pessoal entre o então ministro da Guerra, Pandiá Calógeras (1918-1922), e a França; e o fato, mais contundente, de ter o Brasil declarado guerra à Alemanha.

Desde sua chegada no Brasil, os oficiais franceses contaram com o apoio de grande número de oficiais e políticos brasileiros. No âmbito institucional o diálogo se estabeleceu com o ministro da Guerra, porém o chefe do Estado-Maior do Exército (EME) era um importante interlocutor. Durante os primeiros anos de atuação, devido aos poucos recursos financeiros

das forças armadas, à crescente insatisfação de militares diante do governo Artur Bernardes (1922-1926) e à conjuntura de lutas políticas dentro do Exército, a Missão Militar Francesa respondeu apenas parcialmente às primeiras cláusulas do contrato: modernizou parte do equipamento e reformou pequena parcela da oficialidade. Maurice Gamelin, então chefe da missão (1920-1925), encontrou dificuldades para implementar o projeto francês. Contudo, pôde estudar detalhadamente os planos de defesa nacional e propor um novo projeto, que não foi adotado, mas serviu para orientar as manobras militares de treinamento que se sucederam.

Observava-se também a influência restrita da missão na Escola Militar, situação que só se modificou com a intervenção de Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra (1921-1926), ao frisar a importância de se colocar a escola sob a influência da Missão Francesa. Também na EsAO houve oposição à presença francesa. Embora o curso fosse orientado para um público de coronéis e generais, poucos foram os que se apresentaram à escola. Muito se especulou sobre essa ausência e, de forma geral, a literatura militar concorda que os generais se recusaram a se apresentar ao sentirem seu prestígio ameaçado por jovens oficiais de espírito renovador, e por estrangeiros veteranos da maior guerra que o mundo conheceria até então.

Para melhorar essa situação, em 1923 foram inseridas novas cláusulas que especificavam a posição dos franceses na hierarquia e definiam seus papéis como consultores técnicos. Aliás, o chefe do EME e o ministro da Guerra discutiram então acerca da autoridade dos oficiais franceses, e optaram por restringir a participação destes na elaboração dos planos de defesa nacional.

Poucos anos depois, ocorreram modificações que facilitaram as relações entre o chefe da missão e o alto comando do Exército: a Gamelin sucedeu o general Frédéric Coffec (1925-1927), e a Setembrino de Carvalho substituiu Nestor Sezefredo dos Passos (1926-1930). Coffec estava mais disposto a assumir a missão no sentido desejado pelo Estado-Maior, ou seja, diminuindo os privilégios e a patente de seus subordinados e aumentando seu número. Durante esse período, o general Augusto Tasso Fragoso, chefe do EME (1922-1929),

buscou meios de reduzir a influência dos franceses dentro do EME. A atuação de Fragoso também foi no sentido de melhor orientar os trabalhos da missão: limitou suas prerrogativas a fim de que estas se concentrassem nas atividades de auxílio, excluindo-a do comando das escolas militares; promoveu a modernização do equipamento com uma política de compra de material bélico mais ativa; por fim, afastou os franceses de questões políticas que poderiam então envolvê-los. Apesar das dificuldades de entendimento entre Fragoso e Coffec, o ministro da Guerra insistia na necessidade de incrementar o diálogo entre a Missão Francesa e o EME, e inseriu no novo contrato, assinado em maio de 1927, o artigo 26, que confiava a dois oficiais brasileiros os cargos de chefia da 1ª e 4ª divisões da missão, encarregadas das questões relativas à mobilização e às transmissões. Foi também estipulado que determinados oficiais franceses realizariam viagens a guarnições distantes junto com oficiais brasileiros, com o intuito de estender a influência francesa. Já àquela altura foi determinado por acordo bilateral que oficiais que se tivessem destacado nas escolas militares fossem enviados para aperfeiçoamento na França. Ao regressar, muitos assumiram a direção dos cursos na Escola Militar e, progressivamente, na EEM e na EsAO.

Em meio à Revolução de 1930 e ao movimento constitucionalista de 1932, os trabalhos do EME e de suas escolas ressentiram-se com o envolvimento político de seus comandantes, e, em decorrência, a Missão Francesa perdeu muita influência. O general Joseph Spire (1927-1930), que soubera preservar a neutralidade diante da intensa atividade política dos oficiais brasileiros, foi substituído pelo general Charles Huntziger (1930-1933). Contrariamente às recomendações dos generais que se sucederam na chefia do EME, entre outubro de 1930 e setembro de 1932, Huntziger, recém-chegado ao Brasil, não soube preservar a neutralidade dos oficiais franceses. Alguns deles tomaram parte no levante paulista de 1932, ao oferecerem seus serviços à Missão Francesa para a Força Pública do Estado de São Paulo, então comandada pelo tenente-coronel Hauchecorne (1929-1933). De fato, a Força Pública de São Paulo contou com oficiais franceses nas operações militares que marcaram a revolta paulista. A atitude dúbia da missão, pois uma parte de seus integrantes mantivera-se neutra, contribuiu para enfraquecê-la. Até a nomeação de um novo chefe, em 1933, ela enfrentou a

oposição de influentes oficiais que ocupavam cargos de confiança no EME, como o tenente-coronel Juarez Távora. A missão periclitou, mas seu contrato ainda assim foi renovado.

Somente com a nomeação do coronel Jules Baudouin (1933-1935), personalidade mais experiente, integrante da Missão Francesa desde 1927, se normalizaram as relações entre os chefes do EME e da missão. No entanto, quando da renovação do contrato, o efetivo da missão foi sensivelmente reduzido e dez oficiais retornaram à França, levados tanto pela necessidade de preencher exigências legais para a ascensão na carreira, quanto por problemas internos ao funcionamento da missão.

Ao final de 1934, somente cinco oficiais franceses estariam atuando no Brasil, e nenhum com a patente de general. Na Escola do Realengo, um único instrutor francês participava das atividades escolares, enquanto as aulas eram integralmente ministradas por capitães e maiores brasileiros. Em 1935 oito oficiais compunham a missão, e seu número estabilizou-se em torno de seis em 1938. O general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do EME (1937-1943), restringiu drasticamente a presença militar francesa no Brasil, pois considerava que os oficiais brasileiros já estavam aptos a transmitir os ensinamentos da missão. Estava claro que, naquele momento, o contrato da missão não mais representava a liderança francesa no mercado militar. A Baudouin sucedera o general Pol Noel (1935-1938), que se encarregara de transmitir a doutrina francesa ao Exército de forma mais sutil, através da difusão de ampla bibliografia e do auxílio técnico nas reformas do Exército. O último chefe da missão foi o general Georges Chadebec de la Valade (1938-1940), que, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), assistiu do Brasil à derrota do Exército francês comandado pelo general Gamelin, em junho de 1940.

Em setembro de 1940, quando a França, então ocupada pela Alemanha, assinou o armistício, os franceses tiveram de renunciar à missão. O contrato foi honrado até outubro daquele ano, quando a missão foi extinta, e seus membros repatriados.

PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS PELA MISSÃO MILITAR FRANCESA

Para o Brasil, o contrato representou um grande passo na direção da profissionalização e modernização de seu Exército e contribuiu para fortalecer seu poder militar. Por outro lado, a principal motivação da diplomacia francesa dava indícios de ser principalmente mercantil, vinculada à obtenção de concessões e privilégios de mercado. A presença francesa na América do Sul se fortaleceu, e a assinatura do contrato foi encarada como uma vitória sobre a rival alemã.

Com a chegada dos primeiros elementos da missão, refundiu-se o ensino militar de aperfeiçoamento. Sua atuação foi mais sensível na EEM, na EsAO e na Escola de Aviação Militar, nos cursos de Oficiais Intendentes, Saúde, Veterinária, Equitação e Educação Física. Assim, os missionários franceses encarregavam-se de reorientar a doutrina do Exército, elaborar novos regulamentos e aperfeiçoar o ensino e a instrução militar. Sua ação resultou na reformulação das missões do EME e na criação da Escola de Aviação Brasileira.

A influência militar francesa concretizou-se ainda, em 1921, com a adoção de novos regulamentos destinados à Direção e Emprego das Grandes Unidades, ao Exercício e Emprego da Artilharia e ao Serviço de Estado-Maior em Campanha. Algumas realizações marcaram sua atuação: a instituição do culto ao patrono do Exército, Duque de Caxias, em 1923; a entrada em função sob seu comando, em 1927, da Diretoria de Aviação Militar, da Escola de Aviação Militar e do Depósito Central de Aviação; a criação no mesmo ano do Conselho de Defesa Nacional, que embora não fosse efetivo àquela altura, transformou-se em 1938 no Conselho de Segurança Nacional, encarregado da elaboração dos planos de defesa nacional. E sem dúvida o fato mais relevante foi a reforma do EME de 1938, que o definiu como órgão de planejamento estratégico encarregado de preparar as decisões do ministro da Guerra e de elaborar as ordens e instruções concernentes à organização do Exército, à mobilização, à instrução e à preparação para a guerra. Foi instituída, pela mesma reforma, a 2ª Seção do EME, encarregada das Informações, das Missões Militares, da Cifra e Decifração de Documentos e da ligação com o Ministério das Relações Exteriores.

Os resultados mais visíveis da Missão Militar Francesa traduziram-se na constituição de um Estado-Maior efetivo, centralizador do comando nacional do Exército e encarregado de elaborar as grandes diretrizes a serem aplicadas à totalidade da instituição. Colocou-se em prática a ideia, então dominante, de que a finalidade principal do Exército era o preparo das forças nacionais para a guerra, e assim foi viabilizado o enquadramento do potencial militar. Ademais, a mobilização militar passou a ser encarada como uma mobilização nacional.

Rodrigo Nabuco de Araújo

FONTES: ARQ. HIST. EX. Pastas K180-184; BASTOS J. *Missão*; BELLINTANI A. *Exército*; DOMINGOS M. *L'influence*; MALAN A. *Missão*; SERVICE HISTORIQUE DE LA DÉFENSE (Vincennes - Paris). Pastas 7N3391-3399.